

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Tudo isso, Ibama?	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Energia jogada fora	2
Título: Petrobras reduz preço de gás para comércio e indústrias	2
Título: Estatais à míngua	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Notas	4
Título: Cemig adia novamente data para divulgar demonstrações financeiras.....	5
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: Notas	5
Título: Grupo Brennand investe na geração de energia em MS	6
Título: Candidatos à vaga de minoritários na Vale fazem debate	8

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Tudo isso, Ibama?**

Sabe a nota que saiu aqui falando que o Ibama ainda não deu, até agora, a licença para a Plataforma P-66 operar no Campo de Lula, o maior do país, e que essa lerdeza provoca prejuízo de US\$ 1,5 milhão? O Ibama diz que o pedido foi feito em dezembro pela Petrobras, e o prazo legal para emissão é de seis meses. Ah, bom!

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado / colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Energia jogada fora**

O Brasil desperdiçou quase 47,5 mil GWh de energia em 2016, o equivalente a 46% de toda a produção da usina de Itaipu no mesmo período, segundo a Abesco, que representa empresas de conservação do recurso.

O cálculo é feito com dados de consumo da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), a partir de um coeficiente médio do que poderia ser economizado em cada setor.

A energia desperdiçada seria maior não fosse a crise, que reduziu a produção industrial, diz Alexandre Moana, presidente da entidade.

A indústria deixou de economizar 10,2 mil GWh em 2016, uma queda de 2,7%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Petrobras reduz preço de gás para comércio e indústrias**

A Petrobras anunciou nesta quinta (6) a redução do preço do GLP (gás liquefeito de petróleo) vendido em botijões maiores do que 13 quilos e a granel. A medida beneficia principalmente consumidores comerciais e industriais.

A queda será de 4%, com vigência a partir do próximo sábado (8). Não haverá mudança no preço do GLP vendido em botijões de 13 quilos, que sofreu reajuste de 9,8% no dia 21 de março.

A decisão interrompe um movimento de alta no preço do combustível durante 2016, quando a estatal promoveu dois aumentos.

"É prematuro prever qual o impacto para o consumidor, pois não sabemos ainda qual será o percentual de reajuste para cada ponto de entrega", afirmou o presidente do Sindigás (Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP), Sérgio Bandeira de Mello.

Ele lembra que o mercado é livre e que a composição final dos preços depende de políticas de cada empresa.

Desde 2002, a Petrobras pratica preços diferentes para o GLP dependendo do uso final, como política para controlar a inflação.

O gás envasado em preço do botijão de 13 quilos ficou congelado até setembro de 2015, quando foi reajustado em 15%. Já o produto voltado para consumidores industriais teve mais reajustes.

O Sindigás vê sinais de que a estatal está trabalhando para reduzir a diferença de preços entre os dois produtos. "Esperamos que seja o fim dos preços artificiais", afirmou o presidente da entidade.

Segundo ele, porém, mesmo com a redução anunciada nesta quinta, o preço do GLP para uso industrial permanece cerca de 85% superior à cotação do Golfo do México.

"A Petrobras ainda está cobrando preço muito acima do preço do mercado internacional, porque ainda é monopolista na logística de importação", reclamou o executivo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: opinião

Autor:

Título: Estatais à míngua

No ápice do programa nacional de privatizações, nos anos 1990, houve quem alardeasse que o país caminhava para um modelo de Estado mínimo. Os fatos desmentiriam cabalmente tais temores.

Não apenas as despesas e as receitas governamentais mantiveram-se em expansão contínua, só agora freada, como o poder público conservou em suas mãos uma ainda formidável coleção de empresas dos mais diversos perfis.

Apenas a administração federal dispõe hoje de 48 estatais sob seu controle direto –entre elas, a maior companhia do país em patrimônio, a Petrobras, e a maior instituição financeira, o Banco do Brasil.

O número chega a 154 se somadas as empresas subsidiárias dos grupos mais portentosos, como o petroleiro, o elétrico e o financeiro.

Com as privatizações retiradas da pauta política, o aparato estatal expandiu-se, em quantidade e peso na economia, ao longo dos governos petistas –em ensaio de emulação, com nova roupagem ideológica, do Estado empresário cujo auge se deu no regime militar.

Verifica-se agora, em detalhes mais precisos, a ruína vertiginosa de tal projeto. Conforme dados recém-divulgados, os investimentos das companhias federais caíram a R\$ 56,5 bilhões no ano passado, num recuo de 60% ante o volume de 2013 (o maior deste século).

Devastada pela corrupção, posta às claras em dimensões inauditas, e pela queda dos preços do óleo, a Petrobras encabeça com ampla dianteira o colapso. Empresas como Eletrobras e Correios ainda buscam remendos para suas contas.

De positivo, registre-se que o expansionismo desgovernado das estatais acabou coibido pelas instituições da democracia e do mercado. Na era petista, o peso de seus investimentos mal passou dos 2% do Produto Interno Bruto, contra recorde de 7% durante a ditadura.

No entanto, constata-se que o Estado delineado pela Constituição de 1988 –cuja prioridade inequívoca é o bem-estar social– não dispõe de padrões duradouros e satisfatórios para gerir a vasta rede de empresas que herdou.

Quando estão à míngua, como agora, fala-se em austeridade, gestão profissional ou até venda; ao menor sinal de bonança, assanha-se o mundo político por nomeações e negócios que escapam ao controle dos orçamentos regulares.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Notas

Escravos de Jó

O pedido de liminar da Nippon Steel para reconduzir Rômelo de Souza à presidência da Usiminas pode ser julgado hoje pela Justiça de Minas Gerais, na primeira instância. Se a Justiça acatar o pedido de antecipação de tutela, Rômelo pode voltar ao cargo.

Tira e põe

Sérgio Leite, nome de confiança da Ternium e que assumiu após a destituição de Rômelo, está só há duas semanas na presidência. Nippon e Ternium são controladoras da siderúrgica mineira e vivem em pé de guerra há mais de dois anos. Procuradas, as empresas não comentaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Cemig adia novamente data para divulgar demonstrações financeiras

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) postergou a divulgação de suas demonstrações financeiras novamente, em função da não conclusão do balanço. A nova data é a próxima terça-feira. A Assembleia Geral Ordinária (AGO) ficou para 12 de maio – anteriormente era no dia 8. A estatal havia indicado a data de 28 de março para a divulgação dos resultados, mas adiou o arquivamento dos documentos para 31. Em 30 de março, postergou a data para 7 de abril, já depois do prazo regulamentar para apresentação dos números na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que acabou no fim do mês passado, alegando igualmente que o balanço não havia sido concluído.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Notas

Cemig adia novamente

A Cemig informou ontem no início da noite que adiou novamente a divulgação de suas demonstrações financeiras referentes a 2016, desta vez para o dia 11 de abril, em função da não conclusão dos números. Este é o terceiro adiamento feito pela companhia. A publicação do balanço estava originalmente prevista para 28 de março, mas a estatal postergou a publicação para o dia 31 e depois para hoje.

A assembleia geral ordinária (AGO) da companhia também mudou de data, para 12 de maio.

Minério acima de US\$ 80

O minério de ferro caiu ontem no mercado à vista chinês, mas ainda mantendo-se acima dos US\$ 80. Os preços da matéria-prima com teor de 62% de ferro caíram 0,8% no porto de Qingdao e fecharam em US\$ 80,92 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin". No mercado futuro, o movimento foi semelhante. Os contratos da commodity com vencimento em setembro, os mais negociados, recuaram 0,9% na Bolsa de Commodities de Dalian, para 560 yuans (US\$ 81,20) a tonelada. O último derivativo disponível, para março de 2018, fechou em 510,50 yuans.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão

Título: Grupo Brennand investe na geração de energia em MS

Desde 2014 segurando investimentos de grande porte, o grupo pernambucano Cornélio Brennand vai destinar R\$ 436 milhões para construção de duas hidrelétricas nas proximidades de Chapadão do Sul (MS) este ano. O grupo tem ainda um projeto de R\$ 1 bilhão para uma fábrica de cimento em Paripiranga (BA), mas que só vai sair da gaveta quando os sinais de recuperação da economia ficarem mais claros.

A fortuna da família Brennand começou a se formar 100 anos atrás, com usinas de açúcar no Nordeste. Com a composição societária atual, o grupo Cornélio Brennand surgiu a partir da divisão dos negócios da família em 2002. A principal fonte de receita do grupo é uma fábrica de vidros planos, a Vivix, inaugurada há três anos com R\$ 1 bilhão de investimentos, em Goiana (PE). Até 2018, mais R\$ 50 milhões vão ser usados pra aprimorar a fábrica.

O grupo atua ainda nos segmentos de cimento (com a marca Bravo), imobiliário (Iron House) e de energias renováveis (Atiaia Energia). Juntas, as empresas devem ter faturamento de R\$ 710 milhões este ano, contra R\$ 632 milhões no ano passado.

O empresário Carlos Eugênio Brennand, presidente do conselho de administração do grupo, avalia que o setor de energia voltou a ser atrativo e estável, depois de ter sido "desmantelado" no governo de Dilma Rousseff. "As regras voltaram a ficar definidas e isso dá segurança a nós investidores", afirma Brennand. Os

investimentos serão feitos com recursos do caixa do grupo e empréstimos do BNDES.

Desde sua estreia em energias renováveis, em 2004, o grupo Cornélio Brennand investiu R\$ 900 milhões (a valor histórico) no setor, desconsiderando os aportes para as duas novas usinas no Mato Grosso do Sul. Ambas já têm autorização da ANEEL e as licenças ambientais.

Com seis pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) em operação, a Atiaia tem hoje uma capacidade de 150 MW. As duas novas unidades têm 27,2 MW e 18 MW. No médio prazo, a ideia é que a empresa alcance 500 MW, a serem vendidos nos leilões de energia. A Atiaia tem ainda dois projetos de hidrelétricas no Chile, que vão entrar em operação nos próximos cinco anos, somando 191 MW.

Mesmo com a retomada da economia em ritmo lento, Brennand acredita que o governo Michel Temer está no caminho certo. "Está fazendo o que precisa ser feito, embora muitas vezes seja incompreendido, como no caso da reforma da Previdência. Se não for feita, o Brasil quebra como o Rio de Janeiro".

Projeto de nova fábrica de cimento, na Bahia, só vai sair da gaveta após a economia ter sinais claros de recuperação

Para Brennand, que teve os negócios diretamente atingidos pela reoneração da folha de pagamento, o aumento de impostos é sempre negativo, principalmente em um momento de crise. No entanto, o empresário diz que entende a necessidade do governo de buscar equilíbrio fiscal. "Essa desoneração tinha sido feita sem muita conta".

O projeto de uma nova fábrica de cimento - o grupo já tem uma moagem no Maranhão - está em fase de licenciamento ambiental, mas o início da construção tem prazo incerto. A ideia é que a unidade tenha capacidade para processar 2 milhões de toneladas por ano. "No momento ainda não vemos sinais da retomada da construção civil. É um dos últimos segmentos a se recuperar numa crise, já que as pessoas precisam estar muito confiantes para se comprometerem com financiamento imobiliário", avalia o empresário.

A cautela nos negócios faz parte da filosofia do grupo e está sendo passada para a quarta geração da família. Brennand concorda com o avô quando ele dizia: "negócio é negócio. Ou é bom e destinado a florescer, ou é ruim e devemos nos desfazer".

O pensamento ajuda a explicar porque, ao longo de sua história, a família Brennand migrou tanto de ramo. Na primeira metade do século passado, o grupo entrou nos negócios de azulejos, cerâmica e cimento e saiu dos três,

oportunamente, no fim dos anos 90, diante da excessiva valorização do real. Agora, o grupo está de novo com planos no setor cimenteiro.

No segmento de vidros também houve recuo e retorno. Em 2010, o grupo vendeu Companhia Industrial de Vidros (CIV) para a Owens-Illinois. Quatro anos depois, inaugurou a Vivix. "Não é questão de ser um capitalista selvagem, mas de identificar as ameaças e os riscos e se antecipar a eles, saindo dos negócios quando estes ainda estão valorizados no mercado", explica.

Os descendentes de Cornélio Brennand estão no conselho de administração da família, mas executivos profissionais conduzem o dia a dia de cada negócio. Em paralelo ao conselho de administração, os seis irmãos se reúnem mensalmente no chamado "conselho de família". O órgão de governança, comum em empresas familiares nos EUA, foi dica de um consultor americano de governança. "Queríamos evitar que na geração que nos sucedesse tivesse atritos pelas visões diferentes do negócios".

Divergências na gestão dos negócios foram o motivo pelo qual a família se dividiu em dois grupos, 15 anos atrás. Na época, Cornélio comprou a fatia do primo Ricardo na Companhia Industrial de Vidros (CIV). "A separação foi civilizada", diz Brennand. Ricardo, por sua vez, fundou um grupo empresarial que leva o seu nome e, assim como Cornélio, voltou a atuar no setor cimenteiro (Cimento Nacional).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Candidatos à vaga de minoritários na Vale fazem debate

A 13 dias da assembleia geral da Vale, os candidatos às vagas de minoritários para conselho de administração da mineradora estão em campanha eleitoral. Batalham voto a voto numa situação duplamente inédita. É a primeira vez que dois grupos de minoritários de mercado montam chapas que concorrem entre si. Não menos inusitado é que a disputa ocorre sem que os indicados - de nenhuma das chapas - constem da cédula de procuração emitida pela companhia e que será usada por parte importante dos acionistas.

O fundo Geração Futuro L Par, do investidor e empresário Lírio Parisotto, e a gestora de recursos Aberdeen não cumpriram todas as exigências para incluir os nomes dos candidatos nas cédulas. Ou não conseguiram entrar a tempo no boletim de voto da empresa ou não atingiram o número de votos mínimo para serem indicados.

A Vale consultou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) se poderia republicar o boletim de voto a distância da assembleia. Mas a CVM negou o pedido. O voto a distância é mecanismo novo instituído pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Será a primeira reunião de acionistas da mineradora em que esse sistema será testado.

Uma dificuldade adicional dos minoritários na busca por apoio será contar com o voto dos detentores de American Depositary Receipts (ADRs), recibos de ações negociados na Bolsa de Nova York (Nyse), por ser um caminho de voto mais longo e burocrático.

O Valor apurou ainda que os investidores estrangeiros com ações da Vale na B3 (ex-BM&FBovespa) estão se valendo de um outro tipo de cédula, emitida por consultorias de representação e análise para votos (Glass Lewis e ISS). Essas consultoras estariam juntando as informações divulgadas inicialmente pela Vale no edital da AGO e acrescentando os avisos emitidos pela própria companhia em relação às candidaturas dos minoritários. Essa combinação permitiria o voto dos investidores estrangeiros com ações da Vale na bolsa brasileira nos candidatos minoritários.

Apesar da dificuldade técnica, o clima entre os concorrentes está quente. Na terça-feira, os quatro candidatos - dois de cada chapa, um para ordinaristas e outro para preferencialistas - participaram de um debate, organizado pela Glass Lewis. O Valor teve acesso à gravação, com quase 100 minutos de apresentações das experiências e exibições dos planos para atuação no conselho.

A Glass Lewis destacou que se trata de uma eleição de grande importância, pois ocorre após desastre da Samarco e ao anúncio dos planos da companhia de se tornar uma "corporation", empresa sem controlador definido, e de aderir ao Novo Mercado. A mineradora é a quinta maior companhia da BM&FBovespa, avaliada em mais de R\$ 150 bilhões.

O advogado Marcelo Gasparino, indicado pela L Par, disse, no debate, que terá três prioridades no conselho da Vale, se eleito: melhorar questões operacionais, cuidar para que a empresa tenha uma gestão de talentos e que eles sejam orientados pela performance, e de seus controles. Atuante em debates e operações que envolvam diluição de acionistas preferencialistas, Gasparino se disse preocupado com a diluição dos preferencialistas na operação que levará a Vale para o Novo Mercado. Negou que esse seja seu principal tema.

A dupla de Gasparino, o francês Bruno Bastit, tratou dos desafios na melhoria da governança. "Não é só questão de cumprir obrigações de uma lista. A companhia precisa se reinventar e isso começa pelo conselho".

A transformação da Vale em uma empresa de capital pulverizado, foi alvo dos comentários de Sandra Guerra, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e candidata ao conselho pela gestora Aberdeen.

"A companhia terá de promover debates profundos e um trabalho conjunto forte entre o conselho de administração e a gestão executiva", disse Sandra. Sobre o tema ambiental, falou que será necessário primeiro garantir que o conselho tenha acesso aos riscos operacionais para desenvolvimento de um controle robusto. Isabella Saboya, que tem atuação na CVM e ex-sócia de gestoras dedicadas à governança, quis saber como a Vale lidava com questões ambientais antes da Samarco e como lida agora.

MME / ASCOM .